

RELATÓRIO DO OPERADOR

I. Apresentação da instituição e da sua situação face à garantia da qualidade

1.1 Indicar o nome da entidade formadora.

(designação da Escola, Centro de Formação ou outro tipo de entidade, conforme legalmente instituído)

Colégio Internato dos Carvalhos

1.2 Indicar a morada e contactos da entidade formadora.

(morada, contacto telefónico e endereço eletrónico; circunscrever a informação à sede, no caso de haver outras unidades orgânicas)

Rua do Moeiro, S/Nº, Carvalhos. 4415-133 Pedroso VNG.

Tel. 227860920

geral@cic.pt

1.3. Indicar o nome, o cargo e contactos do responsável da entidade formadora.

(contacto telefónico e endereço eletrónico)

José Manuel Pedrosa – Diretor Pedagógico

Tel. 227860920

jose.pedrosa@cic.pt

1.3.1 Indicar o nome da entidade proprietária e respetivo representante.

(a preencher, se aplicável)

PFMCM – Província de Fátima da Congregação dos Missionários do Coração de Maria

Representante da entidade titular: Pe. José Martins Maia

1.4 Apresentar, de forma sucinta, a missão, a visão e os objetivos estratégicos da instituição para a educação e formação profissional (EFP) dos jovens, no contexto da sua intervenção.

O Colégio Internato dos Carvalhos (CIC) apresenta como missão:

“Somos uma comunidade educativa, com identidade Cristã Claretiana, que desperta e promove o desenvolvimento integral da pessoa humana.”

Em termos de visão:

“Queremos ser uma Escola de referência, inovadora, aberta e comprometida com a comunidade envolvente, em missão partilhada, com um projeto educativo de matriz cristã, atenta ao que, em cada momento, for *“mais urgente, oportuno e eficaz”*.”

O CIC apresenta-se como uma escola de cariz inovador, que desenvolve Cursos com Planos Próprios, de acordo com portarias regulamentares específicas.

Assim, apresentam-se como objetivos estratégicos do CIC:

A nível de escola:

- Defender uma escola de e com valores de democratização da educação e de igualdade de oportunidades no sucesso educativo;
- Promover uma oferta educativa adequada às exigências do mercado e dos tempos atuais;
- Desenvolver um Projeto Educativo, envolvendo ativamente toda a comunidade educativa;
- Promover medidas de reforço da autonomia e das possibilidades de flexibilidade no desenvolvimento do currículo para possibilitar a melhoria das aprendizagens dos alunos, garantindo que todos alcançam as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
- Promover um Colégio Inclusivo, onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, possam encontrar respostas que lhes possibilitem a aquisição de um nível de educação e formação facilitador da sua plena inclusão social;
- Reforçar a estratégia de Educação para a Cidadania na Escola, envolvendo e implicando toda a comunidade escolar e meio envolvente.
- Colocar em prática um ensino humanizado, atento e ajustado às especificidades de cada um, possibilitando o sucesso académico e pessoal de cada aluno;

Ao nível do ensino-aprendizagem:

- Disponibilizar uma formação de qualidade, adequando os processos de ensino/aprendizagem às características e condições individuais de cada aluno/a ou turma, mobilizando os meios e recursos de que o Colégio dispõe;
- Potenciar os resultados escolares dos alunos;

- Promover uma articulação pedagógica que permita o desenvolvimento de competências de cada aluno

Na relação Escola/Família/Comunidade:

- Intensificar e diversificar a participação de Pais e Encarregados de Educação na vida da escola;
- Desenvolver a articulação entre a escola e o meio em que se insere;
- Contribuir para a formação da consciência cívica da Comunidade Educativa e incentivar à participação ativa e responsável na comunidade;
- Valorizar todas as propostas apresentadas por membros da comunidade educativa que visem promover a inovação e o bom funcionamento da instituição.

Na Organização e Gestão Escolar:

- Garantir a eficácia dos processos de organização e promover uma gestão partilhada;
- Racionalizar recursos e desburocratizar procedimentos;
- Gerir adequadamente os recursos humanos de forma a fomentar a motivação, participação e autonomia de todos os profissionais;
- Fomentar o trabalho cooperativo entre os vários agentes educativos;
- Promover ações de formação para docentes e não docentes, através do plano de formação, com o propósito de melhorar a implementação do projeto educativo.

Na Formação Profissional:

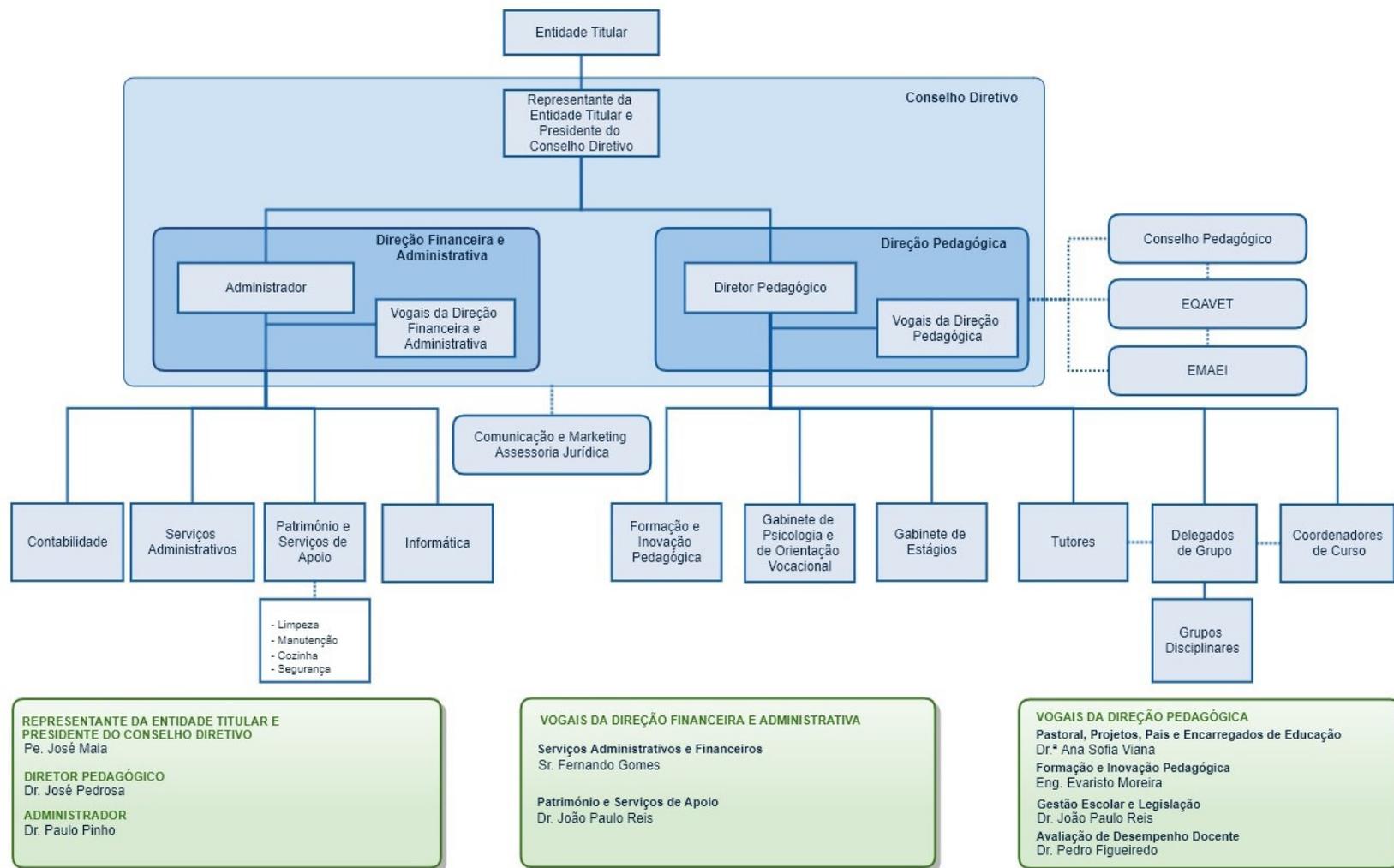
- Aprofundar a formação profissional de acordo com a tradição da escola e as necessidades do mercado;
- Fomentar a educação para a cidadania e a inclusão.

Ao nível da implementação do sistema de qualidade alinhado com o quadro EQAVET:

- Documentar, desenvolver, monitorizar, avaliar e melhorar a eficiência da oferta educativa e a qualidade das práticas de gestão;
- Desenvolver processos de monitorização regulares, envolvendo mecanismos de avaliação interna e externa, e relatórios de progresso;
- Estabelecer critérios de qualidade e descritores indicativos EQAVET que sustentem a monitorização e a avaliação contínua, evidenciando a importância dos indicadores de qualidade que suportam a avaliação, monitorização e garantia da qualidade dos sistemas e dos operadores de educação e formação profissional.

1.5 Inserir o organigrama da instituição.

No que concerne à estrutura orgânica de funcionamento, o CIC apresenta o seguinte organigrama:



1.6 Preencher a tabela infra, indicando toda a oferta formativa de nível 4 para jovens, à data da elaboração do relatório e nos dois anos letivos anteriores.

Tipologia do curso	Designação do curso	N.º de Turmas/Grupos de Formação N.º de Alunos/Formandos (Totais por curso, em cada ano letivo) *					
		2017 / 2018		2018 / 2019		2019 / 2020	
		N.º T/GF 1)	N.º AL	N.º T/GF 1)	N.º AL	N.º T/GF 1)	N.º AL
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE ANIMAÇÃO SÓCIO DESPORTIVA	6	163	6	159	6	166
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE ARTES E INDÚSTRIAS GRÁFICAS	3	85	3	75	3	73
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE ASSESSORIA JURÍDICA E DOCUMENTAÇÃO	3	84	3	84	3	86
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE BIOTECNOLOGIA	6	152	6	159	6	158
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE CONTABILIDADE E GESTÃO²⁾	3	45	3	44	3	52
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE ELETRÓNICA E TELECOMUNICAÇÕES	3	74	3	74	3	85
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE ELETROTECNIA E AUTOMAÇÃO	3	81	3	82	3	82
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE INFORMÁTICA	3	85	3	83	3	79
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE INFORMÁTICA DE GESTÃO²⁾	3	77	3	76	3	74
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE LÍNGUAS E RELAÇÕES EMPRESARIAIS	3	83	3	82	3	83
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE MARKETING E ESTRATÉGIA EMPRESARIAL²⁾	3	41	3	41	3	35
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE PATRIMÓNIO E TURISMO	3	71	3	69	3	75
Curso com planos próprios	CURSO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO DE QUÍMICA, AMBIENTE E QUALIDADE	3	84	3	83	3	72

1) No 10.º Ano, os alunos são distribuídos convencionalmente por cursos, pois a oferta educativa do CIC prevê áreas de estudo e não cursos.

2) Cursos com turmas agregadas.

1.7 Selecionar a situação da instituição face à implementação do sistema de garantia da qualidade:

- Criação de um sistema alinhado com o quadro EQAVET.
- Adaptação do sistema em uso ao quadro EQAVET.

1.8 Apresentar a listagem dos objetivos que a instituição definiu para o alinhamento com o Quadro EQAVET.

Apresentam-se, de seguida, os objetivos definidos:

Indicador 4a) – Taxa de Conclusão dos Cursos de EFP

Este indicador é entendido como a percentagem dos alunos que completam cursos de EFP inicial, obtendo uma qualificação, em relação ao total de alunos que ingressam nesses cursos.

Histórico 2014-2017: 86,4% Taxa de Conclusão dos Cursos				
Objetivos/Metas a alcançar por ciclo de formação:				
- 2015-2018: 87%				
- 2016-2019: 87,5%				
- 2017-2020: 88%				
Nº	OBJETIVO ESPECÍFICO	HISTÓRICO	META A ATINGIR	PERIODICIDADE DE MONITORIZAÇÃO
1	Reduzir a taxa de alunos desistentes	Histórico do ciclo 2014-2017: 10,6% de desistentes	Reduzir a taxa de desistentes em 1%	Intercalar (por período/ano letivo) e por ciclo de formação
2	Reduzir a taxa de não aprovados	Histórico do ciclo 2014-2017: 3% de não aprovados	Reduzir a taxa de não aprovados em 0,5%	Intercalar (por período/ano letivo) e por ciclo de formação
3	Envolver os alunos no processo de melhoria contínua do CIC	Histórico do ano letivo 2018-2019: média de satisfação global de 4,33 em 5	Média de satisfação global superior a 4,4 em 5	Por ano letivo
4	Envolver os Pais e Encarregados de Educação no processo de melhoria contínua do CIC	Sem histórico	75% dos pais e encarregados de educação satisfeitos	Por ano letivo

5	Envolver os docentes e não-docentes no processo de melhoria contínua do CIC	Sem histórico	75% dos docentes e dos não-docentes satisfeitos	Por ano letivo
6	Melhorar os procedimentos administrativos de suporte à atividade pedagógica	Sem histórico	Simplificação e desmaterialização de procedimentos administrativos	Por ano letivo

Indicador 5a) – Taxa de Conclusão dos Diplomados

Este indicador faz referência à percentagem de alunos que completam a sua formação e que se encontram no mercado de trabalho ou em formação (de nível pós-secundária e/ou superior), no período de 12-24 meses após a conclusão do curso.

Histórico 2014-2017: 92,8% Taxa de Empregabilidade¹

Objetivos/Metas a alcançar por ciclo de formação:

- 2015-2018: 93%

- 2016-2019: 93,5%

- 2017-2020: 94%

Nº	OBJETIVO ESPECÍFICO	HISTÓRICO	META A ATINGIR	PERIODICIDADE DE MONITORIZAÇÃO
1	Manter/Aumentar a taxa de empregabilidade dos cursos	Histórico do ciclo 2014-2017: 92,8% de taxa de empregabilidade	Melhorar a taxa de empregabilidade em 1%	Por ano letivo
2	Envolver <i>stakeholders</i> externos no processo de melhoria contínua do CIC	Sem histórico	75% de satisfação dos <i>stakeholders</i> externos	Por ano letivo

Indicador 6a) – Taxa de diplomados a exercer profissões relacionadas com o curso/AEF

Este indicador procura avaliar a percentagem de diplomados que se encontram a exercer profissões relacionadas com o curso/AEF, em detrimento dos diplomados que se encontram inseridos no mercado de trabalho, mas fora da área do curso/AEF.

¹ De acordo com as regras do Fundo Social Europeu, consideramos a Taxa de Empregabilidade como o somatório da percentagem de diplomados efetivamente empregados (Total de empregados por conta de outrem + Total de empregados a trabalhar por conta própria + Total de diplomados a frequentar estágios profissionais) com a percentagem de alunos em prosseguimento de estudos (quer de nível pós-secundário, quer de nível superior). Assim, no ciclo formativo 2014-2017, a Taxa de Empregabilidade foi de 92,8% (4,1% de diplomados empregados + 1,2% de diplomados a frequentar estágios profissionais + 87,5% de diplomados em prosseguimento de estudos).

Histórico 2014-2017: 64,3% Taxa de diplomados a exercer profissões relacionadas com o curso/AEF

Objetivos/Metas a alcançar por ciclo de formação:

- 2015-2018: 65%

- 2016-2019: 65,5%

- 2017-2020: 66%

Nº	OBJETIVO ESPECÍFICO	HISTÓRICO	META A ATINGIR	PERIODICIDADE DE MONITORIZAÇÃO
1	Intensificar a relação do CIC com as empresas/instituições do meio envolvente	N/a	Aumento de, no mínimo, 1 nova empresa parceira, por curso e por ano letivo	Por ano letivo
2	Adequar o perfil do aluno às características dos locais de estágio, potenciando a sua empregabilidade	Histórico 2017: 17,6 valores	Média de avaliação final de FCT de todos os cursos deverá aumentar 0,1 por ano letivo	No final do ano letivo

Indicador 6b3) – Taxa/Grau de satisfação dos empregadores diplomados

Para apuramento deste indicador, foram contactadas, via correio eletrónico e telefone, todas as entidades empregadoras de diplomados a exercer profissões relacionadas ou não relacionadas com o curso/AEF do ciclo de formação 2014-2017, solicitando-lhes a resposta a um inquérito de satisfação acerca de cinco competências (competências técnicas inerentes ao posto de trabalho, planeamento e organização, responsabilidade e autonomia, comunicação e relações interpessoais, e trabalho em equipa), tendo sido utilizada uma escala de satisfação de 4 itens, de insatisfeito a muito satisfeito.

Histórico 2014-2017: 100% Satisfação e Média 3,7/4 dos empregadores

Objetivos/Metas a alcançar por ciclo de formação:

- 2015-2018: 3,71 em 4

- 2016-2019: 3,72 em 4

- 2017-2020: 3,73 em 4

Nº	OBJETIVO ESPECÍFICO	HISTÓRICO	META A ATINGIR	PERIODICIDADE DE MONITORIZAÇÃO
1	Intensificar a relação do CIC com as empresas/entidades empregadoras dos diplomados	Ciclo 2014-2017: A taxa de resposta dos empregadores ao inquérito foi de 21%	Melhorar a taxa de resposta dos empregadores em 20%	Por ciclo formativo concluído em avaliação

1.9 Preencher a tabela infra, indicando quando foram desenvolvidas as etapas do processo de alinhamento com o Quadro EQAVET.

Etapas do processo de alinhamento com o Quadro EQAVET	Data Início (mês/ano)	Data Conclusão (mês/ano)
Elaboração do Documento Base para o alinhamento	Abril 2019	Novembro 2019
Elaboração do Plano de Ação para o alinhamento	Abril 2019	Novembro 2019
Recolha de dados – Indicador 4a) Conclusão dos cursos	Abril 2019	Maio 2019
Recolha de dados – Indicador 5a) Colocação dos diplomados	Abril 2019	Maio 2019
Recolha de dados – Indicador 6a) Ocupação dos diplomados	Abril 2019	Maio 2019
Recolha de dados – Indicador 6b3) Satisfação dos empregadores	Abril 2019	Setembro 2019
Análise contextualizada dos resultados dos indicadores EQAVET, e de outros em uso, e da aferição dos descritores EQAVET/práticas de gestão	Maio 2019	Outubro 2019
Identificação das melhorias a introduzir na gestão da EFP	Janeiro 2020	Fevereiro 2020
Elaboração do Relatório do Operador	Março 2020	Março 2020
Anexo 1 ao Relatório do Operador - Plano de Melhoria	Março 2020	Março 2020
Anexo 2 ao Relatório do Operador – Fontes de evidência do cumprimento dos critérios de conformidade EQAVET	Janeiro 2020	Março 2020
Observações (caso aplicável)		

1.10 Identificar os documentos orientadores da instituição e relatórios relevantes para a garantia da qualidade e indicar as respetivas ligações eletrónicas.

Portarias n.º 294/2019 e n.º 295/2019, de 9 de setembro (www.dre.pt)

Ideário dos Colégios Claretianos (<https://tantobien.org/>)

Organigrama

Projeto Educativo

Regulamento Interno

Regulamento de Funcionamento dos Cursos com Planos Próprios

Documento Base EQAVET

Plano de Ação EQAVET

Relatório Trimestral de Avaliação e Revisão do Plano de Ação EQAVET

Relatório do Operador

Registo de Indicadores EQAVET

Todos os documentos encontram-se disponíveis em:

<https://www.cic.pt/index.asp?p=/EQAVET/EQAVET.htm>

II. Gestão da oferta de EFP considerando os princípios EQAVET

Descrever os procedimentos desenvolvidos pela instituição que evidenciam a aplicação de cada uma das fases do ciclo de garantia e melhoria da qualidade na gestão da oferta de EFP.

2.1 Fase de Planeamento

No que concerne à fase do planeamento, regista-se que, da parte do Colégio Internato dos Carvalhos (CIC), o planeamento desenvolvido reflete uma visão estratégica partilhada pelos *stakeholders* e inclui as metas/objetivos, as ações a desenvolver e os indicadores adequados.

Esta perspetiva é fundamentada num conjunto de procedimentos que são desenvolvidos pela instituição e que denotam o cumprimento do critério de qualidade intrínseco ao mesmo.

Assim, no que concerne à visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão, constata-se que as metas e objetivos do CIC estão claramente alinhados com as políticas europeias, nacionais e regionais. Esta conclusão pode ser atingida em função da análise de três prismas:

- ao nível das políticas europeias, o projeto educativo do CIC está alinhado com a Estratégia Europa 2020 e com o Programa Operacional Capital Humano e suas metas; ao nível nacional, a oferta formativa encontra-se ajustada às orientações da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), bem como as demais orientações provenientes do Ministério da Educação, da DGE e da DGEstE.
- ao nível da estruturação da sua oferta formativa, o CIC, ao nível do ensino secundário, ministra, atualmente, desde a publicação, em 2018, das novas portarias regulamentadoras, Cursos com Planos Próprios, de qualificação de nível IV, de cariz único no país. Estes cursos assumem-se como uma resposta inovadora aos objetivos de qualificação profissionalizante da população jovem e como uma resposta adequada aos intuitos de promoção do sucesso educativo. A identificação das áreas de formação que

ministra é efetuada com base em diagnósticos realizados junto da comunidade empresarial regional, tendo sido desenvolvidos contactos com as diversas empresas do tecido produtivo envolvente que permitiram identificar as suas necessidades ao nível das competências exigidas aos seus colaboradores. A proposta de cursos desenvolvidos assume-se ainda como uma resposta a vários diagnósticos internacionais, nacionais e regionais existentes que refletem a caracterização, em especial, da região norte, evidenciando fatores relacionados com as atividades económicas e necessidades observadas (e.g. “SANQ – Sistema de Avaliação das Necessidades de Qualificação” ou o “Diagnóstico Prospetivo da Região Norte”);

- ao nível da definição dos objetivos do seu Projeto Educativo, o CIC revela um alinhamento com perspetivas pedagógicas atuais, nacionais e internacionais, que valorizam os aspetos relacionados com o desenvolvimento de competências académicas e humanas, de acordo, por exemplo, com o documento do Ministério da Educação denominado por “Perfil do Aluno no final do escolaridade obrigatória”, bem como as questões relacionadas com a implementação de um sistema de qualidade alinhado com o Quadro EQAVET.

Importa ainda referir que, nas ações delineadas, são envolvidos os vários *stakeholders*, nomeadamente: os alunos (através, por exemplo, da realização de Assembleias de Delegados de Turma); os docentes, os tutores e os coordenadores de curso (nos diferentes órgãos em que se fazem representar, tais como Conselhos de Turma, Conselho Pedagógico, ou nas diferentes reuniões de Grupo Disciplinar e/ou de Reunião Geral); os empresários e representantes de outras instituições (no Conselho Consultivo, nos contactos de avaliação de FCT ou em eventos específicos de discussão de objetivos e metas educativas); os encarregados de educação – representados no Conselho Consultivo, nas reuniões de pais e nos atendimentos específicos desenvolvidos para acolher as suas sugestões/recomendações. Por este facto, considera-se que as ações delineadas traduzem uma visão estratégica partilhada pelos vários *stakeholders*, com uma participação acentuada e diversificada dos mesmos.

No planeamento, por parte do CIC, são definidos claramente os objetivos, as atividades, os indicadores e as metas a médio (3 anos) e a curto prazo (1 ano). Para cada objetivo, foram definidos metas e indicadores, nomeadamente para os indicadores EQAVET relativos, por exemplo, às taxas de conclusão, taxas de colocação e o grau de satisfação dos empregadores. Paralelamente existe ainda um conjunto de indicadores definidos pelo CIC com vista a monitorizar continuamente os resultados obtidos, quer de forma intercalar, quer final.

A monitorização de todos estes resultados está devidamente calendarizada ao longo do ano letivo (de forma trimestral), no final do ano letivo e no final do ciclo de formação.

No Documento Base estão claramente definidas as responsabilidades em matéria de garantia da qualidade, sendo da competência da Direção Pedagógica e da Direção Financeira e Administrativa, com o apoio da Equipa EQAVET, o controlo para que todos os intervenientes assumam as suas responsabilidades, tomando as ações e as decisões que se mostrem necessárias para cumprimento do que se encontra estabelecido.

Em termos organizacionais, essas mesmas responsabilidades e autoridades encontram-se perfeitamente estabelecidas em termos de organigrama funcional, sendo que, paralelamente, se encontra definido um Manual de Funções, nas quais se encontram definidas as respetivas competências.

No intuito de melhorar os seus processos de planeamento estratégico, o CIC tem vindo a organizar, de forma mais estruturada, todos os seus processos e procedimentos, quer de cariz administrativo-financeiro, quer em termos de gestão pedagógica, utilizando de uma forma cada mais alargada um sistema informático próprio de gestão de informação – GEWEB – que permite uma maior pertinência no processo de registo, recolha e análise de dados, bem como uma maior fidedignidade da informação pertinente para o planeamento das ações de monitorização, avaliação, revisão e divulgação de resultados, de acordo com a calendarização previamente estabelecida.

Um outro aspeto relevante ao nível do planeamento e da visão estratégica existente, relaciona-se com o elevado número de parcerias e protocolos que o CIC possui, no sentido de permitir várias dimensões importantes para o funcionamento da oferta formativa. De facto, o âmbito destas parcerias assume natureza diversificada, sendo de destacar todas as que permitem, em termos de planeamento, a execução das centenas de FCT de alunos que, todos os anos, têm de ser desenvolvidas. Paralelamente, vários representantes de empresas e de áreas socioprofissionais dos cursos são ainda envolvidos nos Júris das Provas de Aptidão Tecnológica que todos os anos têm de ser operacionalizadas.

No que se refere ao próprio sistema de garantia da qualidade, a generalidade dos instrumentos e processos de avaliação, assim como os seus resultados, são do conhecimento dos vários *stakeholders* (alunos, professores, encarregados de educação e empresários), embora a sua divulgação necessite de ser melhorada, sendo esta uma das áreas em que já existe um planeamento efetivo, a partir do Plano de Ação delineado.

Aliás, no que concerne a este aspeto do envolvimento dos *stakeholders* internos e externos, destaca-se o facto de todos os elementos docentes e não-docentes do CIC conhecerem a oferta formativa desenvolvida, participando ativamente na sua divulgação (nomeadamente através da organização, conjuntamente com os alunos, de eventos fundamentais para esse desiderato, como é o caso da EXPOCIC) e na integração de novos alunos. Também ao nível do sistema de garantia da qualidade, essa participação

e conhecimento é visível, mas este aspeto é um dos que será alvo de uma ação e intervenção ainda mais sistemática.

Os variados *stakeholders* são consultados na identificação e análise das necessidades formativas, bem como a sua opinião é tida em conta na definição dessa mesma oferta, dado que existe um conjunto de procedimentos que implicam a participação de todos. De facto, ao exercício contínuo de reflexão interna, desenvolvido nos vários órgãos nos quais se encontram representados os docentes e os coordenadores de curso (como o Conselho Pedagógico, o Conselho de Coordenadores de Curso ou os Conselhos de Turma), devemos ainda acrescentar a participação ativa de outras partes interessadas, como os alunos, os encarregados de educação ou os empresários e os representantes de instituições, que se apresentam como elementos muito relevantes do Conselho Consultivo. De registar ainda, os indicadores providenciados pela forte procura que os alunos e as suas famílias têm manifestado na oferta formativa proposta pelo CIC.

Relativamente ao processo de melhoria contínua utilizando os indicadores selecionados, o CIC encontra-se numa fase de alinhamento com o Quadro EQAVET, sendo que este processo tem vindo a constituir-se como uma mais-valia para que todas as atividades planeadas tenham passado a estar alinhadas com os próprios objetivos estratégicos da instituição. Assim, para além da implementação do Plano de Ação previsto, os objetivos, as metas e os indicadores do mesmo encontram-se já disseminados no âmbito de vários documentos estruturantes do CIC, como é o caso do Plano Anual de Atividades e do Projeto Educativo.

Paralelamente, trimestralmente, no final de cada período, é elaborado um Relatório de Revisão do Plano de Ação, que se tem traduzido em oportunidades de autoavaliação contínua e de definição, de forma contínua, de mudanças a introduzir, de forma preventiva, com vista à otimização de resultados e prossecução de objetivos e metas. No final do ano letivo, será desenvolvido um Relatório de Progresso Anual, no qual se procederá ao balanço anual dos resultados alcançados e à identificação de melhorias a introduzir na gestão da oferta formativa do CIC.

2.2 Fase de Implementação

A fase de implementação assume-se como uma fase na qual se concentram alguns dos processos base de atividade da instituição, decorrendo na sequência do planeamento previamente definido.

No CIC, podemos afirmar que os diferentes planos de ação que são implementados decorrem das metas e objetivos visados e são apoiados por parcerias diversas, sendo concebidos em consulta e participação ativa dos diferentes *stakeholders*.

Esta prática pode ser evidenciada pelos variados procedimentos que permitem esta conclusão.

Assim, no CIC, os recursos humanos, materiais e financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação. Esta questão é tanto mais importante pelo facto de os Cursos com Planos Próprios do CIC serem cursos financiados por programas específicos do POCH, facto que implica, necessariamente, um processo de orçamentação e de definição prévia de recursos, bem como uma monitorização atenta da execução do mesmo.

Nesse sentido, o Plano Anual de Atividades surge como um dos principais documentos enquadradores dos recursos humanos e materiais a afetar, de forma a alcançar os objetivos definidos, mas sustentado num orçamento previamente aprovado.

Nesta fase de implementação, os professores, as equipas diretivas e de coordenação e os demais colaboradores são mobilizados a executar as atividades previstas, colocando em prática os planos de ação, mediante a utilização dos recursos disponibilizados, assegurando-se a monitorização contínua e a reformulação atempada das estratégias, em função das dificuldades de operacionalização que forem surgindo.

A execução das atividades letivas planeadas decorre de acordo com o horário definido, em função do calendário e cronograma escolar aprovados pela Direção Pedagógica e pelo Conselho Pedagógico no início do ano letivo. No cronograma, estão também previstos os momentos de realização da Formação em Contexto de Trabalho (FCT) e das Provas de Aptidão Tecnológica (PAT).

No âmbito das várias ações programadas no âmbito do Plano Anual de Atividades, surgem várias atividades que têm como objetivo a participação dos alunos em vários projetos, quer de âmbito local (com parcerias estabelecidas com entidades do meio envolvente, como Câmaras Municipais ou escolas parceiras), nacional (como os vários projetos geridos pela DGE, ANQEP ou outras instituições de ensino superior ou de outro cariz, como, por exemplo, os projetos da *Junior Achievement*), quer de cariz transnacional (como é o caso dos projetos *Model United Nations* ou de parcerias com escolas internacionais). A participação e desenvolvimento destes projetos, integrados, no âmbito do Plano Anual de Atividades, favorece a aprendizagem e a autonomia dos alunos.

Tendo em consideração a natureza inovadora e única da oferta formativa proposta – Cursos com Planos Próprios –, os processos de formação de professores e de colaboradores assume uma especial preponderância, na medida em que se torna importante, para a construção de um modelo pedagógico diferenciado e inovador, que a atualização e formação dos mesmos possa acontecer de forma contínua e periódica.

Nesse sentido, a formação dos docentes e não-docentes do CIC é desenvolvida de acordo com planos de formação específica para cada tipologia colaboradores.

No caso dos docentes, para além da formação organizada e desenvolvida pelo LIPCIC – Laboratório de Inovação Pedagógica, cada professor pode ainda apresentar propostas de formação que, normalmente, se inserem na sua área de formação.

Esta formação docente é organizada de acordo com um plano de formação anual, que procura ter em consideração as necessidades e expectativas dos próprios docentes (aquilatada a partir de processos de levantamento de necessidades), mas também com as próprias opções estratégicas da instituição. Em termos de consubstanciação, verifica-se a realização, regular, de ações formativas de curta-duração, de seminários e de processos de autoformação cooperada entre docentes, através de grupos de partilha e reflexão conjunta. Paralelamente, os docentes são ainda incentivados a participar em encontros e momentos formativos organizados por *stakeholders* externos, cujas temáticas possam ser consideradas relevantes para a melhoria do seu desempenho.

Ao nível da formação não-docente, anualmente também são providenciadas formações para os trabalhadores não-docentes, sendo esta uma área a melhorar. Durante o processo de implementação do EQAVET, foi desenvolvido um levantamento das necessidades de formação, a partir do qual foi definido um plano de formação mais específico e ajustado, que se encontra em desenvolvimento.

No que concerne ao aspeto do envolvimento dos *stakeholders* na fase de implementação, para além da participação já referida dos profissionais do CIC em eventuais momentos formativos desenvolvidos por entidades parceiras externas, verifica-se que as várias parcerias desenvolvidas e estabelecidas pelo CIC são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação.

O CIC tem parcerias estratégicas desenvolvidas com instituições externas com o objetivo de facilitar a formação dos seus profissionais (ex. Universidade Católica e Universidade de Aveiro), mas tem também parcerias com empresas e instituições que se assumem como extremamente relevantes para a implementação das FCT (parte integrante do currículo dos alunos) ou de estágios profissionais (componente facultativa, após conclusão do curso). Paralelamente, vários representantes de empresas, autarquias e/ou associações profissionais participam ativamente nos Júris das Provas de Aptidão Tecnológica.

Em termos de parcerias estratégicas, o CIC encontra-se ainda claramente ancorado num conjunto de protocolos mais abrangentes e diferenciados, relativos a temáticas e ou questões fundamentais para o exercício da sua ação, podendo-se destacar, a título exemplificativo, a parceria estratégica desenvolvida com as várias escolas que também possuem Cursos com Planos Próprios (com vista à defesa desta tipologia de modalidade de educação e formação) ou da própria AEEP.

No processo de alinhamento com o Quadro EQAVET, o CIC desenvolveu um Plano de Ação, construído após um processo de consensualização com os diferentes *stakeholders*, decorrente de uma avaliação exaustiva das metas que são propostas atingir.

No quadro dos processos de monitorização e avaliação sistemática e periódica dos resultados obtidos, são efetuadas recolhas de informação, em momentos diferenciados e pré-estabelecidos, dos vários indicadores (EQAVET e outros criados pelo CIC), com vista à possibilidade de introduzir mudanças atempadas, que se possam traduzir através de planos de ação de melhoria, com vista à prossecução dos objetivos e metas definidos.

De registar ainda a introdução, no âmbito deste processo de alinhamento com o Quadro EQAVET, de um conjunto de medidas relacionadas com a avaliação de satisfação de vários *stakeholders* (docentes, não-docentes e encarregados de educação) que, até ao momento, não eram efetuadas, dado que esta avaliação, anteriormente, apenas era realizada junto dos alunos.

Também ao nível da implementação, importa destacar o trabalho que tem vindo a ser efetuado no sentido na normalização e desburocratização de vários procedimentos administrativos, com implicação de maior recurso à ferramenta informática de gestão pedagógica criada especificamente para esse objetivo – o GEWEB.

2.3 Fase de Avaliação

O processo de avaliação da atividade da escola decorre, ao longo do ano letivo, de acordo com a metodologia que envolve uma análise dos processos e dos resultados obtidos no conjunto de indicadores previamente definidos na fase de planeamento (indicadores EQAVET e indicadores criados pelo CIC).

Esta dinâmica sempre esteve instituída na comunidade educativa, procurando-se uma evolução ao nível do processo, nesta nova fase de alinhamento, com uma maior consideração dos resultados decorrentes dos indicadores EQAVET.

O CIC possui mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios relativamente aos objetivos que estão instituídos. Para esse efeito, muito contribui o processo de informatização desenvolvido, com recurso a uma ferramenta de gestão pedagógica informatizada (o GEWEB), que permite a obtenção, em tempo real, de informação relevante para a monitorização quotidiana do desempenho dos alunos, com registo, por exemplo, de todas as suas avaliações e faltas, e com processos de alerta específicos que informam os tutores de eventuais “desvios”, nomeadamente, por exemplo, em termos de registo de faltas e de criação de mapas de assiduidade ou, em termos de relatórios de notas e de classificações obtidas, nas diferentes disciplinas, por aluno ou por turma.

No final dos 1.º e 2.º períodos letivos, os Conselhos de Turma reúnem, tendo em vista a avaliação dos resultados obtidos pelos alunos, bem como a aferição das práticas e metodologias usadas em contexto formativo, a fim de introduzir correções e reformulações. Os resultados das avaliações intermédias são recolhidos e analisados ao nível da Direção Pedagógica e alvo de reflexão também em Conselho Pedagógico, numa lógica de balanço parcial da atividade desenvolvida. A análise dos dados permite a aplicação de medidas de correção dos desvios aos objetivos traçados de imediato, visando alcançar o sucesso educativo de todos os alunos.

No final do ano letivo, o ciclo de avaliação completa-se, através de reuniões de Conselho de Turma, das reuniões de Grupos Disciplinares, do Conselho Pedagógico, da Direção Pedagógica, do Conselho Consultivo e a Reunião Geral de Colaboradores Docentes e Não-Docentes.

Nestas reuniões, são analisados os resultados do ano letivo, em termos quantitativos e qualitativos, expressando-se as sugestões de melhoria e alterações a introduzir no ano letivo seguinte.

Neste processo de autoavaliação do CIC, está também contemplado o envolvimento dos vários *stakeholders*, nomeadamente em face da sua participação nos diversos órgãos onde este processo avaliativo, de análise, discussão e reflexão dos resultados é efetuado.

De destacar que, sendo a Prova de Aptidão Tecnológica vista como um processo de avaliação externa que valida as aprendizagens adquiridas e a sua aplicação a um projeto concreto, o Júri da mesma, enquanto representante das Entidades Externas (empresas, instituições, representantes de associações sindicais, empresariais ou universidades), assume-se também como participante no processo de avaliação.

Tal como foi referido, em termos de periodicidade, existem contextos institucionais em que essa discussão consensualizada é efetuada com cariz trimestral, no final de cada período letivo, e outros em que é efetuado anualmente.

Assim, com cariz trimestral, a avaliação consensualizada é desenvolvida nos Conselhos de Turma, no Conselho Pedagógico, nas reuniões de Grupos Disciplinares e nas reuniões de Direção Pedagógica; anualmente, é efetuada no Conselho Consultivo, nas Assembleias de Delegados de Turma e nas Reuniões Gerais de Colaboradores Docentes e Não-Docentes.

Paralelamente, foi desenvolvido um plano de avaliação da satisfação dos variados *stakeholders*. Este plano inclui a realização de avaliação da satisfação a alunos, a docentes, a não-docentes, a encarregados de educação e a empresas. Os dados resultantes da realização dos variados inquéritos de satisfação irão dar origem a relatórios, que serão discutidos nos diversos órgãos, e as principais conclusões obtidas serão introduzidas nos planos de melhoria.

Anualmente, os dados relativos aos processos, ao desempenho do sistema de qualidade, ao cumprimento dos objetivos, às não conformidades e auditorias são compilados no Relatório de Progresso Anual, com vista também a efetuar uma análise do contexto externo e interno, a identificar os riscos/oportunidades de desenvolvimento e a apresentar um plano de ações de melhoria a introduzir.

Os dados da revisão do sistema serão analisados em sede de Direção Pedagógica e de Conselho Pedagógico e divulgados a toda a comunidade educativa.

2.4 Fase de Revisão

Em função da implementação do processo de alinhamento com o Quadro EQAVET, o CIC definiu claramente processos de avaliação que permitem, de uma forma mais estruturada, que os resultados de avaliação obtidos possam ser utilizados para se elaborarem planos de ação adequados à revisão das práticas existentes.

Até ao momento de implementação deste processo de alinhamento, os resultados decorrentes dos processos avaliativos eram, essencialmente, do conhecimento dos docentes e remetidos para as entidades externas competentes. Com a implementação do EQAVET em curso, os resultados e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes passaram e continuarão, no futuro, a ser ainda mais do conhecimento dos professores, dos alunos, dos encarregados de educação e dos empregadores, tendo em consideração a sua ampla divulgação pública, nomeadamente através do *site* do CIC e/ou por *email*.

Tendo em consideração o plano de avaliação da satisfação dos diferentes *stakeholders* (alunos, docentes, não-docentes, encarregados de educação e empresas) que foi estabelecido, constata-se que a opinião dos mesmos será sistematicamente recolhida e tida em consideração na revisão de práticas e na elaboração dos respetivos planos de ação, regularmente atualizados.

Paralelamente, são ainda recolhidas impressões dos alunos acerca das suas experiências individuais de aprendizagem e o ambiente de aprendizagem e ensino, através da realização de Assembleia de Delegados de Turma, que, conjuntamente com as perceções e recomendações dos docentes, traduzidas pelos canais próprios de participação (Conselhos de Turma, Conselho Pedagógico, reuniões de Grupos Disciplinares), são determinantes para inspirar novas ações e, eventualmente, modificação de práticas.

Também os encarregados de educação têm uma participação ativa, dado que existe um modelo de atendimento personalizado, que permite que as suas sugestões/recomendações possam ser tidas em consideração, em tempo útil, na definição de estratégias de melhoria de resultados e de modificação de práticas.

No que concerne ao processo de alinhamento com o Quadro EQAVET, o plano de ação, desenvolvido anualmente, é revisto no final de cada período (trimestralmente), sendo produzido um Relatório de Avaliação e de Revisão do Plano de Ação, que permite, de forma intercalar, uma melhor monitorização e uma eventual introdução de melhorias mais contingente à necessidade de cumprimento de metas e objetivos definidos no Plano de Ação.

No final do ano letivo, será produzido um Relatório de Progresso Anual, no qual se procede ao balanço anual dos resultados alcançados e à identificação das melhorias a introduzir na gestão da oferta.

Estes relatórios, decorrentes de uma análise contextualizada com os *stakeholders*, serão também tornados públicos, na página *web* do CIC, trimestralmente e/ou anualmente, consoante a sua natureza.

III. Áreas de melhoria na gestão da oferta de EFP

Apresentar o Plano de Melhoria, através do preenchimento do Anexo 1 ao presente relatório.

IV. Fontes de evidência do cumprimento dos critérios de conformidade EQAVET

Enumerar os documentos e os critérios que evidenciam, através do preenchimento do Anexo 2 ao presente relatório.

V. Conclusão

Apresentar as mudanças resultantes do alinhamento do sistema de garantia da qualidade com o Quadro EQAVET na gestão da melhoria contínua da oferta de EFP.

O desafio de desenvolvimento de um processo de alinhamento do sistema de gestão da qualidade, a implementar no CIC, com o Quadro EQAVET, afigurou-se como uma tarefa de natureza (re)construtiva de algumas das práticas instituídas, na medida em que se revelou como uma oportunidade de autoquestionamento e reflexão relativamente à ação desenvolvida e ao intuito de melhoria das práticas de gestão e das atividades até agora desenvolvidas.

No fundo, tratou-se de um exercício de grande utilidade e que, naturalmente, se traduziu em diversos ganhos, principalmente no que concerne à intencionalização de processos e procedimentos, com vista à melhoria contínua.

Uma das áreas em que se verifica um incremento significativo refere-se à dimensão do envolvimento geral de todos os *stakeholders* no processo de melhoria, na medida em que se generalizou e consensualizou a importância que a utilização de ferramentas de melhoria contínua na atividade formativa e no desempenho da gestão poderá possuir, com vista ao próprio posicionamento estratégico da instituição e para a centração nos objetivos primordiais da sua ação.

Esta constatação ficou, desde logo, traduzida no envolvimento na redefinição de vários dos documentos estruturantes que norteiam a ação do CIC, na medida em que, quer devido ao facto de nos encontrarmos em fase de nova legislação regulamentar da nossa oferta formativa, quer devido ao facto de se ter desenvolvido um processo de redefinição estratégica do Projeto Educativo para o triénio 2019-2022, todos os atores foram desafiados a participar, processo que se traduziu numa mais-valia fundamental para a adequação dos mesmos à realidade educativa e formativa de cariz inovador, que o CIC continua a pretender manter e fortalecer.

Este objetivo de envolvimento dos vários *stakeholders* não terminou com esta fase de alinhamento, sendo pretendido que se assuma como uma prática efetiva e sistemática de funcionamento da escola.

Este será, porventura, o principal desafio que se coloca ao nível dos próximos tempos à escola, com vista a uma maior e contínua participação de todos os agentes da comunidade educativa, sendo, também, a área em que se sente que a instituição deverá continuar a desenvolver esforços para que esta se estabeleça como a prática quotidiana e corrente.

Para que tal aconteça, deverão continuar a ser asseguradas todas as características de transparência e de melhoria dos processos de comunicação com os *stakeholders*, fundamentalmente ao nível dos externos, uma vez que existe uma maior facilidade de comunicação com os *stakeholders* internos. Para tal, espera-se que, no futuro e de forma contínua, os vários processos de comunicação com estes *stakeholders* externos possam continuar a ser desenvolvidos e alargados, com vista ao atingimento dos objetivos intrínsecos aos planos de ação e de melhoria delineados.

De destacar que, no âmbito deste processo de alinhamento, foram definidos procedimentos claros e concretos de avaliação e reflexão do grau de satisfação de vários *stakeholders*, quer internos, quer externos. Até ao momento anterior a este processo, apenas era avaliada, de forma sistemática, a satisfação dos alunos, mas, a partir do alinhamento, essa mesma satisfação é avaliada junto de variados e diversos *stakeholders*, como é o caso também dos docentes, dos não-docentes, dos encarregados de educação e das empresas.

O desenvolvimento deste processo de alinhamento produziu também bastantes mudanças ao nível de alguns processos e práticas internas de gestão, nomeadamente no que concerne aos aspetos relacionados com os Planos de Formação, quer de docentes, quer de não-docentes, tendo funcionado como elemento impulsionador de uma reflexão interna relativa à forma como estariam a ser desenvolvidos os processos de levantamento de necessidade de formação e de operacionalização e registo das ações formativas desenvolvidas, implicando, ainda, uma revisão do Manual de Funções em vigor.

Uma outra área em que se verifica que este exercício de alinhamento produziu impactos relevantes foi ao nível das práticas administrativas e de gestão de informação, na medida em que a natureza dos indicadores selecionados (não só os indicadores EQAVET, mas também os próprios indicadores definidos pelo CIC) vieram contribuir para a reflexão da necessidade de, por um lado, normalização de procedimentos de registo e de análise de dados, mas também, por outro lado, de desburocratização de alguns registos. Esta consciencialização tornou ainda mais evidente a relevância da otimização do recurso a uma plataforma informática de apoio à gestão pedagógica que, no caso do CIC, se denomina por GEWEB.

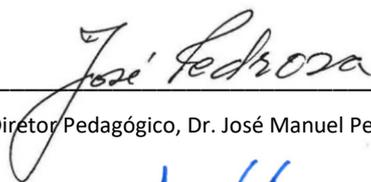
Mas, mais importante do que a mera recolha de dados, passou a tornar-se evidente a necessidade de uma maior sistematização na recolha e análise dos resultados, com responsabilidades e periodicidade especificamente definidas e comunicadas, com vista a permitir, em tempo útil, o desenvolvimento de planos de ação e de melhoria.

Em síntese, consideramos que os objetivos preconizados para este exercício de alinhamento têm vindo a ser atingidos, demonstrando uma clara ação positiva e consensual de toda a instituição com vista ao atingimento da certificação.

Contudo, tendo em consideração que não existem processos nem instituições perfeitas, existe a consciência da necessidade de continuar a desenvolver um caminho de melhoria contínua, com vista a que, a cada dia que passa, o CIC se possa encontrar num patamar ainda superior de desempenho ao que presentemente assume.

Nesse sentido, o plano de melhoria que se apresenta em anexo a este documento demonstra e evidencia ainda mais a tentativa de assegurar a continuidade deste processo para atingir a qualidade preconizada.

Os Relatores



(Diretor Pedagógico, Dr. José Manuel Pedrosa)



(Coordenador EQAVET, Dr. Marco Fontes)

Vila Nova de Gaia, 31 de março de 2020

DOCUMENTOS ANEXOS

Anexo 1 – Plano de Melhoria

Anexo 2 – Fontes de evidência do cumprimento dos critérios de conformidade EQAVET

Anexo 1 - Plano de Melhoria

1. Análise contextualizada dos resultados dos indicadores EQAVET selecionados, e de outros em uso, e da aferição dos descritores EQAVET/ práticas de gestão que sustentam o presente Plano de Melhoria

Na tabela seguinte, encontram-se a síntese dos resultados dos indicadores EQAVET selecionados, relativos ao triénio 2014-2017, bem como os resultados que já foi possível obter, até janeiro de 2020, relativos ao triénio 2015-2018:

CICLO DE FORMAÇÃO	TAXA DE CONCLUSÃO	TAXA DE DESISTENTES	TAXA DE NÃO APROVADOS	TAXA DE EMPREGABILIDADE	TAXA DE PROSEGUIMENTO DE ESTUDOS	TAXA EMPREGABILIDADE NA AEF	TAXA DE EMPREGABILIDADE FORA DA AEF	TAXA DE DIPLOMADOS AVALIADOS	SATISFAÇÃO DOS EMPREGADORES(MÉDIA)
2014-2017	86,4%	10,6%	3,0%	92,8%	87,5%	64,3%	35,7%	21%	100% de satisfação, com média de 3,7/4
2015-2018	90,1%	8,6%	0,5%	95,2%	90,6%	72,7%	27,3%	Dados em recolha até abril 2020	Dados em recolha até abril 2020

Apresentam-se, de seguida, as principais conclusões ao nível da análise contextualizada dos resultados obtidos, até ao presente momento:

Indicador 4a) – Taxa de Conclusão dos Cursos de EFP

Relativamente a este indicador, constata-se que a meta estabelecida, no Plano de Ação, para o ciclo 2015-2018 correspondia a um valor de 87%. Contudo, o resultado obtido foi bastante mais positivo, com um valor de 90,1% de taxa de conclusão dos cursos.

Para tal desiderato muito contribuí o atingimento dos dois objetivos específicos previstos para a concretização dos resultados pretendidos, dado que foi possível baixar a taxa de desistência de 10,6% para 8,6% (redução superior a 1%, tal como era preconizado) e a taxa de não aprovação, cuja meta seria de reduzir em 0,5%, mas, efetivamente, a redução acabou por ser de 2,5%, permitindo que, no ciclo de 2015-2018, apenas se registasse um valor de 0,5 de alunos não aprovados.

Apesar destes resultados positivos, considera-se que os restantes objetivos específicos, descritos no Plano de Ação, relativos ao indicador 4a) (que implicam a necessidade de maior envolvimento dos diferentes *stakeholders*) deverão continuar a ser alvo de atenção, em função da necessidade de melhoria contínua e constante.

Indicador 5a) – Taxa de Conclusão dos Diplomados

No que concerne ao indicador 5a), verifica-se que, no ciclo 2015-2018, foi conseguido o atingimento do objetivo de melhoria de resultado, tendo esta melhorado de um valor de 92,8% no ciclo de 2014-2017, para um valor de 95,2%. Este resultado revela um cumprimento do objetivo específico relativo a este indicador.

De destacar também os resultados superiores, no ciclo 2015-2018, de alunos que optaram pelo prosseguimento de estudos, tendo sido atingida a marca de 90,6%. Este aumento terá sido, em grande medida, responsável pela melhoria da taxa de empregabilidade, dado que os restantes resultados dos fatores desta taxa sofreram evoluções mais ligeiras.

Considera-se, contudo, a necessidade de reforçar o envolvimento dos *stakeholders* externos, tal como previsto no Plano de Ação, com vista à promoção da melhoria contínua de resultados e das práticas desenvolvidas no CIC.

Indicador 6a) – Taxa de diplomados a exercer profissões relacionadas com o curso/AEF

Relativamente ao indicador 6a), regista-se um incremento da percentagem de alunos que, no ciclo de formação 2015-2018, obteve emprego na área de educação e formação (AEF) do curso, com um valor de 72,7%.

Refira-se, contudo, que este valor corresponde a um universo total reduzido, de cerca de 8 alunos, dado que o número total de diplomados a trabalhar se resume a 11 alunos. Relativamente aos restantes objetivos específicos, descritos no Plano de Ação, relacionados com este indicador (número de parcerias e média de classificação final das FCT's), os mesmos apenas poderão ser reavaliados no final do ano letivo.

Indicador 6b3) – Taxa/Grau de satisfação dos empregadores diplomados

Relativamente ao indicador 6b3), ainda não foi possível ter resultados relativos ao mesmo, dado que o levantamento de resultados relativos ao indicador se prolonga até ao final de abril de 2020.

Contudo, importa destacar que, apesar do número de alunos empregados ser relativamente reduzido, tem sido encontrada alguma dificuldade na obtenção de respostas por parte das entidades empregadoras, pelo que, com vista a melhorar a taxa de resposta aos questionários enviados, urge implementar um conjunto de medidas, com vista a potenciar o incremento do número de respostas efetivamente obtidos.

Esse facto deverá ser alvo de um plano de melhoria de práticas, com vista a otimizar os resultados pretendidos.

Outras considerações:

De referir que, em função da situação gerada pela obrigatoriedade de quarentena devido à COVID-19, o CIC foi obrigado a parar a sua componente letiva presencial, bem como a adiar ou cancelar todos os eventos previstos no âmbito do seu PAA, nomeadamente alguns que permitiriam o desenvolvimento de atividades de reflexão e discussão conjunta com os vários *stakeholders*, quer internos, quer externos. De entre estes eventos, destaca-se o cancelamento da EXPOCIC'20 e das atividades de divulgação do sistema de gestão da qualidade e dos seus resultados previstas para esta fase.

Tal facto implica que, necessariamente, um dos elementos importantes a melhorar seja o desenvolvimento futuro, assim que possível, de outras atividades que possam incrementar o nível de conhecimento e de participação dos diferentes *stakeholders* relativamente ao sistema de gestão da qualidade implementado e os seus resultados.

2. Identificação das áreas de melhoria, objetivos e metas a alcançar (inserir/eliminar/formatar, tanto quanto necessário)

Área de Melhoria	Descrição da Área de Melhoria	Objetivo	Descrição do objetivo e metas a alcançar (quando disponível, indicar o ponto de partida)
AM1	Organizar atividades de reflexão e discussão conjunta, com os vários <i>stakeholders</i> , dos resultados obtidos decorrentes da implementação do sistema de gestão da qualidade	O1	Incrementar o nível de conhecimento e de participação dos diferentes <i>stakeholders</i> relativamente ao sistema de gestão da qualidade implementado e seus resultados
		O2	Operacionalizar momentos de encontro e de discussão alargada relativamente aos resultados e às melhorias implementadas
AM2	Intensificar a relação do CIC com as empresas/entidades empregadoras dos diplomados	O3	Criar canais de comunicação com as empresas/entidades empregadoras dos diplomados, que permitam a obtenção de respostas efetivas, em tempo útil

[AM3]	[Definição e implementação do Plano de Formação de Docentes e Não-Docentes]	[04]	[Criação de processos de gestão e de controlo do cumprimento do plano de formação, com efetivo registo, por colaborador, das ações frequentadas e da sua natureza]
[AM4]	[Atualização da informação disponibilizada no site do CIC relativamente ao EQAVET]	[05]	[Manter a informação disponibilizada no site do CIC continuamente atualizada]
[AM5]	[Promover a melhoria dos procedimentos de gestão administrativa]	[06]	[Melhorar os procedimentos de gestão administrativa, nomeadamente em termos de facilitação da obtenção de resultados de indicadores]

3. Identificação das ações a desenvolver e sua calendarização (inserir/eliminar/formatar, tanto quanto necessário)

Área de Melhoria	Ação	Descrição da Ação a desenvolver	Data Início (mês/ano)	Data Conclusão (mês/ano)
[AM1]	[A1]	[Aplicação de questionários de satisfação a todos os <i>stakeholders</i> (alunos, docentes, não-docentes, encarregados de educação e empresas)	[Maio/2020]	[Julho/2020]
	[A2]	[Divulgação, junto dos <i>stakeholders</i> , dos resultados e dos relatórios produzidos no âmbito da avaliação de satisfação]	[Julho/2020]	[Setembro/2020]
	[A3]	[Organização de seminário de reflexão relativamente à implementação do sistema de gestão da qualidade no CIC]	[Julho/2020]	[Julho/2020]
[AM2]	[A4]	[Incrementar o número de contactos, por email, telefone e por visita a entidades empregadoras de diplomados]	[Março/2020]	[Abril/2020]
	[A5]	[Reconfirmação de dados de contacto de responsáveis de entidades empregadoras, solicitando a intermediação dos próprios diplomados]	[Março/2020]	[Abril/2020]
[AM3]	[A6]	[Criação de uma base de dados de gestão da formação interna e externa recebida pelos colaboradores]	[Abril/2020]	[Setembro/2020]
	[A7]	[Desenvolvimento de um registo, por colaborador, da formação interna e externa frequentada]	[Abril/2020]	[Setembro/2020]

AM4	A8	Providenciar, em tempo útil, informação à equipa de gestão informática do CIC, da informação necessária para manter o site atualizado	Abril/2020	Julho/2020
AM5	A9	Criação de procedimentos de produção de relatórios, a partir do GEWEB, relativos aos principais indicadores EQAVET e aos indicadores criados pelo CIC	Abril/2020	Setembro/2020

4. Mecanismos previstos para monitorização do Plano de Melhoria

A monitorização do Plano de Melhoria será da responsabilidade da Direção Pedagógica e da Direção Financeira e Administrativa, em estreita articulação com a Equipa EQAVET. Os momentos de monitorização/avaliação definidos foram os finais de período letivo e final de ano letivo, embora a monitorização seja contínua. Os resultados referentes a cada uma das monitorizações serão analisados pelo Conselho Pedagógico subsequente

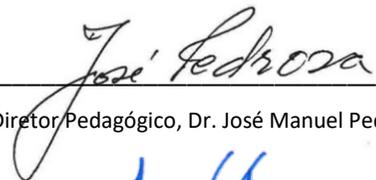
5. Formas previstas para divulgação do Plano de Melhoria

O plano de melhoria será divulgado:

- na rede interna do CIC, acessível a todos os professores e colaboradores;
- na página web do CIC, no separador EQAVET;
- nas reuniões de grupo disciplinar subsequentes à realização do Conselho Pedagógico.

6. Observações (caso aplicável)

Os Relatores



(Diretor Pedagógico, Dr. José Manuel Pedrosa)



(Coordenador EQAVET, Dr. Marco Fontes)

Vila Nova de Gaia, 31 de março de 2020

Anexo 2 - Fontes de evidência do cumprimento dos critérios de conformidade EQAVET

Princípios EQAVET	Fase 1 – Planeamento		Critérios de conformidade EQAVET (Cf. Anexo 10)
	Práticas de gestão da EFP		
Visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão da EFP	P1	As metas/objetivos estabelecidos pelo operador estão alinhados com as políticas europeias, nacionais e regionais.	C1. Planeamento
	P2	As ações delineadas traduzem a visão estratégica partilhada pelos <i>stakeholders</i> internos e externos.	
	P3	A relação entre as metas/objetivos estabelecidos e a sua monitorização através dos indicadores é explícita.	C5. Diálogo institucional para a melhoria contínua da oferta de EFP
	P4	A atribuição de responsabilidades em matéria de garantia da qualidade é explícita.	
	P5	Parcerias e iniciativas de cooperação com outros operadores são planeadas.	
	P6	O sistema de garantia da qualidade em uso é explícito e conhecido pelos <i>stakeholders</i> internos e externos.	
Envolvimento dos <i>stakeholders</i> internos e externos	P7	Os profissionais participam, desde o início, no planeamento dos diferentes aspetos da oferta formativa, incluindo o processo de garantia da qualidade.	C6. Aplicação do ciclo de garantia e melhoria da

	P8	Os <i>stakeholders</i> internos e externos são consultados na identificação e análise de necessidades locais (alunos/formandos e mercado de trabalho) e a sua opinião é tida em conta na definição da oferta formativa.	qualidade da oferta de EFP
Melhoria contínua da EFP utilizando os indicadores selecionados	P9	Os planos de ação traduzem as mudanças a introduzir em função da informação produzida pelos indicadores selecionados.	
	P10	O processo de autoavaliação, consensualizado com os <i>stakeholders</i> internos e externos, é organizado com base na informação produzida pelos indicadores selecionados.	

Princípios EQAVET	Fase 2 – Implementação		Critérios de conformidade EQAVET (Cf. Anexo 10)
	Práticas de gestão da EFP		
Visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão da EFP	11	Os recursos humanos e materiais/financeiros são dimensionados e afetados de forma a alcançar os objetivos traçados nos planos de ação.	C2. Implementação
	12	Ações de formação contínua são disponibilizadas com base em necessidades de desenvolvimento de competências dos profissionais.	
Envolvimento dos <i>stakeholders</i> internos e externos	13	Os profissionais frequentam periodicamente as ações de formação disponibilizadas e colaboram com os <i>stakeholders</i> externos para melhorar o seu desempenho.	C5. Diálogo institucional para a melhoria contínua da oferta de EFP
	14	As parcerias estabelecidas são utilizadas como suporte da implementação dos planos de ação.	
Melhoria contínua da EFP utilizando os indicadores selecionados	15	As mudanças são introduzidas de acordo com os planos de ação de melhoria definidos.	C6. Aplicação do ciclo de garantia e melhoria da qualidade da oferta de EFP
	16	Os instrumentos e procedimentos de recolha de dados, consensualizados com os <i>stakeholders</i> internos e externos, são aplicados no quadro do processo de autoavaliação definido.	

--	--	--	--

Princípios EQAVET	Fase 3 – Avaliação		Critérios de conformidade EQAVET (Cf. Anexo 10)
	Práticas de gestão da EFP		
	Critério de Qualidade As avaliações de resultados e processos regularmente efetuadas permitem identificar as melhorias necessárias.		
	Descritores Indicativos - A autoavaliação é efetuada periodicamente de acordo com os quadros regulamentares regionais ou nacionais, ou por iniciativa dos prestadores de EFP - A avaliação e a revisão abrangem os processos e os resultados do ensino, incluindo a avaliação da satisfação do formando, assim como o desempenho e satisfação do pessoal - A avaliação e a revisão incluem mecanismos adequados e eficazes para envolver as partes interessadas a nível interno e externo - São implementados sistemas de alerta rápido		
Visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão da EFP	A1	Mecanismos de alerta precoce para antecipar desvios aos objetivos traçados estão instituídos.	C3. Avaliação
Envolvimento dos stakeholders internos e externos	A2	Mecanismos que garantam o envolvimento dos <i>stakeholders</i> internos e externos na avaliação estão instituídos.	C5. Diálogo institucional para a melhoria contínua da oferta de EFP
	A3	Os resultados da avaliação são discutidos com os <i>stakeholders</i> internos e externos.	C6. Aplicação do ciclo de garantia e melhoria da qualidade da oferta de EFP
Melhoria contínua da EFP utilizando os indicadores selecionados	A4	A autoavaliação periódica utiliza um referencial consensualizado com os <i>stakeholders</i> internos e externos e identifica as melhorias a introduzir, em função da análise da informação produzida.	
	A5	As melhorias a introduzir a nível de processos e resultados têm em conta a satisfação dos <i>stakeholders</i> internos e externos.	

Princípios EQAVET	Fase 4 – Revisão		Critérios de conformidade EQAVET (Cf. Anexo 10)
	Práticas de gestão da EFP		
	<p>Critério de Qualidade Os resultados da avaliação são utilizados para se elaborarem planos de ação adequados à revisão das práticas existentes.</p> <p>Descritores Indicativos</p> <ul style="list-style-type: none"> - São recolhidas impressões dos formandos sobre as suas experiências individuais de aprendizagem e o ambiente de aprendizagem e ensino. São utilizadas conjuntamente com as impressões dos professores, para inspirar novas ações - É dado amplo conhecimento público da informação sobre os resultados da revisão - Os procedimentos de recolha de <i>feedback</i> e de revisão fazem parte de um processo estratégico de aprendizagem da organização - Os resultados do processo de avaliação são discutidos com as partes interessadas, sendo elaborados planos de ação adequados 		
Visão estratégica e visibilidade dos processos e resultados na gestão da EFP	R1	Os resultados da avaliação, e os procedimentos necessários à revisão das práticas existentes consensualizados com os <i>stakeholders</i> , são tornados públicos.	C4. Revisão
Envolvimento dos <i>stakeholders</i> internos e externos	R2	O <i>feedback</i> dos <i>stakeholders</i> internos e externos é tido em consideração na revisão das práticas existentes.	C5. Diálogo institucional para a melhoria contínua da oferta de EFP
Melhoria contínua da EFP utilizando os indicadores selecionados	R3	Os resultados da avaliação e as mudanças a introduzir sustentam a elaboração dos planos de ação adequados.	C6. Aplicação do ciclo de garantia e melhoria da qualidade da oferta de EFP
	R4	Revisões são planeadas e informam a regular atualização das práticas.	

Fontes de evidência do cumprimento dos critérios de verificação de conformidade EQAVET (Cf. Anexo 10)

Documento				Código dos focos de observação evidenciados
N.º do Documento (a atribuir para o efeito)	Designação	Autoria	Divulgação	C1P1 a C1P4; C2I1 a C2I3; C3A1 a C3A4; C4R1 a C4R3; C5T1 e C5T2; C6T1 a C6T3.
DE-01	Portaria n.º 294/2019, de 9 de setembro	Ministério da Educação	Diário da República; Website CIC	C1P1
DE-02	Portaria n.º 295/2019, de 9 de setembro	Ministério da Educação	Diário da República, Website CIC	C1P1
DE-03	Programa Operacional do Capital Humano (Dossiê do Projeto)	POCH	https://balcao.portugal2020.pt/	C1P1
DE-04	Ideário dos Colégios Claretianos	Missionários do Coração de Maria – Missionários Claretianos	https://tantobien.org/	CP1
DE-05	Organigrama	Conselho Diretivo	Website CIC	C1P2; C6T3
DE-06	Projeto Educativo	Direção Pedagógica; Conselho Pedagógico	Website CIC	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C2I1; C3A1; C6T3
DE-07	Regulamento Interno	Direção Pedagógica; Conselho Pedagógico	Website CIC	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C3A1; C5T1; C6T1; C6T3
DE-08	Regulamento de Funcionamento dos	Direção Pedagógica e	Website CIC	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C2I1; C3A1; C3A3; C3A4; C5T1; C6T1

	Cursos com Planos Próprios	Conselho de Coordenadores de Curso; Conselho Pedagógico		
DE-09	Regulamento do Projeto Tecnológico, da Formação em Contexto de Trabalho e da Prova de Aptidão Profissional	Direção Pedagógica; Conselho de Coordenadores de Curso; Conselho Pedagógico	Website CIC	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C2I2
DE-10	Plano Anual de Atividades	Direção Pedagógica	Website CIC – área reservada	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C2I1; C2I2; C2I3; C3A2; C5T1; C5T2; C6T1; C6T2; C6T3
DE-11	Apresentação Oferta Educativa CIC	Direção Pedagógica	Website CIC	C1P1
DE-12	Plano Educativo Pastoral	Vogal da Direção Pedagógica responsável pela Pastoral, Projetos, Pais e Enc. De Educação	Website CIC – área reservada	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C2I2; C4R1; C5T1; C6T2
SGQ-01	Documento Base EQAVET - CIC	Equipa EQAVET	Website CIC	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C3A1; C3A2; C3A3; C3A4; C4R1; C4R3; C5T1; C5T2; C6T1; C6T2; C6T3
SGQ-02	Plano de Ação EQAVET - CIC	Equipa EQAVET	Website CIC	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C1I1; C2I2; C2I3; C3A1; C3A2; C3A3; C3A4; C5T2; C6T1; C6T2; C6T3
SGQ-03	Relatório Trimestral de Avaliação e Revisão do Plano de Ação EQAVET - CIC	Equipa EQAVET	Website CIC	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C3A1; C3A2; C3A3; C3A4; C4R1; C4R2; C4R3; C5T2; C6T1; C6T2; C6T3
SGQ-04	Relatório Operador EQAVET - CIC	Equipa EQAVET	Website CIC	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C3A1; C3A2; C3A3; C3A4; C4R1; C4R2; C4R3; C5T1; C5T2; C6T1; C6T2; C6T3

SGQ-05	Plano de Melhoria EQAVET - CIC	Equipa EQAVET	Website CIC	C1P3; C1T1; C1R1; C1A1
SGQ-06	Registo de indicadores EQAVET	Equipa EQAVET	Website CIC	C3A1; C3A2; C3A3; C3A4
SGQ-07	Apresentações EQAVET – CIC aos diferentes <i>stakeholders</i>	Equipa EQAVET	Website CIC – área reservada	C1P2, C1P4; C3A4
SGQ-08	Registo de Presenças Apresentações EQAVET (docentes e não-docentes)	Equipa EQAVET		C1P2; C1P4, C3A4
SGQ-09	Atas Reunião Equipa EQAVET	Equipa EQAVET		C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C3A1; C3A2; C3A3; C3A4; C4R1; C4R2; C5T1; C6T1; C6T2
DA-01	Dossiê Atas – Conselho Pedagógico, Coordenadores de Curso/Tutores; Grupos Disciplinares; Reuniões Gerais, Conselho Consultivo, Outras...	Direção Pedagógica; Serviços Administrativos		C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C2I1; C2I2; C3A2; C3A3; C3A4; C4R1; C4R2; C5T1; C6T1; C6T2; C6T3
DA-02	Dossiês Atas Conselhos de Turma	Direção Pedagógica		C3A3; C3A4
DA-03	Dossiê Cursos	Direção Pedagógica Coordenadores de Curso / Tutores		C1P1; C1P2; C1P3; C1P4
DA-04	Manual de Procedimentos Educação Inclusiva	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva	Website CIC – área reservada	C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C3A3

DA-05	Dossiê Educação Inclusiva (atas de equipa, reuniões alunos, docentes, enc. Educação, aulas de apoio...)	Direção Pedagógica; EMAEI		C1P1; C1P2; C1P3; C2I2; C3A1; C3A2; C3A3; C3A4; C4R1; C4R2; C5T1
DA-06	Dossiê Protocolos de Cooperação	Direção Pedagógica		C1P2; C2I2; C3A4; C5T1
DA-07	Dossiês FCT dos Cursos	Docentes FCT		C1P1, C1P2, C2I1; C2I2, C5T1
DA-08	Dossiê Turmas – Atas de Eleição Delegados e Subdelegados de Turma, avaliações, registo biográfico, participações disciplinares, atendimentos enc. educação	Direção Pedagógica		C1P1; C1P2; C1P3; C1P4; C3A1; C3A2; C3A3; C3A4; C4R1; C4R2; C5T1;
DA-09	Dossiês Digitais de Docentes (planificações, provas de avaliação, grelhas de avaliação)	Docentes		C1P3; C3A2; C3A3
DA-09	Registos de Presença de Assembleias de Delegados e Subdelegados de Turma	Direção Pedagógica		C1P2; C2I2; C3A4; C4R1; C5T1
DA-10	Questionário de “Recolha de Sugestões de Melhoria” – Delegados de Turma	Direção Pedagógica		C1P2; C3A4; C4R1; C5T1
DA-11	Questionário de satisfação aos	Direção Pedagógica		C1P2; C3A4; C4R1; C5T1; C5T2; C6T1

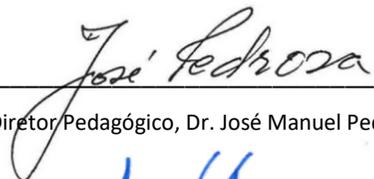
	empregadores de ex-alunos do CIC			
DA-12	Questionário de satisfação (alunos)	Direção Pedagógica		C1P2; C3A4; C4R1; C5T1; C5T2; C6T1
DA-13	Dossiê Avaliação – indicadores qualitativos e quantitativos	Direção Pedagógica	Conselho Pedagógico	C3A1; C3A2; C3A3; C3A4; C5T2; C6T1; C6T2; C6T3
DA-14	Mapa de Funções	Direção Financeira e Administrativa		C1P2; C5T1
DA-15	Plano de Formação - CIC	Direção Financeira e Administrativa e Direção Pedagógica		C2I3
DA-16	Questionário Levantamento de Necessidades de Formação	Direção Financeira e Administrativa		C1P2; C2I3; C5T1
DA-16	Registo de Eventos realizados (EXPOCIC; Indústria 4.0; Amostra Ensino Superior...)	Direção Pedagógica		C1P2; C2I2; C5T1
DA-17	Dossiê Formações	Direção Pedagógica		C1P3; C2I3
DA-18	Dossiê – Visitas de Estudo	Direção Pedagógica		C2I2
DA-19	Registo de participação em Concursos	Docentes		C2I2
DA-20	Registos de presença de contactos com as empresas	Docentes de FCT		C1P2, C3A4; C4R1

DA-21	Dossiê – registo de presenças Ateliês, Apoio Pedagógico, Workshops, outras atividades	Direção Pedagógica		C1P4; C3A3
RI-01	GEWEB	Direção Financeira e Administrativa; Departamento de Informática		C3A3; C5T2
RI-02	Sala de Professores Online	Direção Financeira e Administrativa; Departamento de Informática		C3A3; C5T2
RI-03	Moodle CIC (intranet)	Direção Financeira e Administrativa; Departamento de Informática		C3A3; C5T2

Observações

[]

Os Relatores



(Diretor Pedagógico, Dr. José Manuel Pedrosa)



(Coordenador EQAVET, Dr. Marco Fontes)

Vila Nova de Gaia, 31 de março de 2020